

# Curricularização da extensão e nuances de movimentos instituintes na graduação em Enfermagem: Relato de experiência

Curricularization of the extent and nuances of instituting movements in undergraduate Nursing: Experience report

Curricularización del alcance y matices de los movimientos instituyentes en la graduación en Enfermería: relato de experiencia

Daniela Vogel de Souza<sup>1</sup>, Tatiane Jardim Costa<sup>2</sup>, Lucia Cardoso Mourão<sup>3</sup>, Ana Clementina Vieira Almeida<sup>4</sup>, Janaina Luiza dos Santos<sup>5</sup>

Como citar esse artigo. Souza, DV. Costa, TJ. Mourão, LC. Almeida, ACV. Santos, JL. Curricularização da extensão e nuances de movimentos instituintes na graduação em Enfermagem: Relato de experiência. Rev Pró-UniversUS. 2025; 16(2):228-234.



## Resumo

Este relato de experiência objetiva descrever as práticas docentes e discentes em uma disciplina extensionista e analisar seus efeitos no processo formativo, à luz dos conceitos da Análise Institucional. Apresenta o processo de implementação de extensão na disciplina “Assistência de Enfermagem em Urgências e Emergências” do curso de graduação de Enfermagem, ocorrido em 2024, em uma universidade privada do Rio de Janeiro. Os participantes foram 42 discentes do sétimo período do curso noturno e dois docentes com práticas anteriores em extensão. Os resultados revelaram as dificuldades docentes e discentes no desenvolvimento das atividades extramuros, na adequação de horários e, sobretudo em romper com as práticas instituídas no processo educativo ao colocar o aluno e a comunidade como coparticipantes das atividades extensionistas. Como potencialidade observou-se que o processo avaliativo com a participação de docentes, discentes e comunidade diminui o peso das posições hierárquicas além de desenvolver no discente, autonomia, pensamento crítico reflexivo e autoconfiança como futuro profissional de saúde. A disciplina foi apresentada e discutida no colegiado do curso de enfermagem e no Núcleo Docente Estruturante, o que favoreceu a busca de estratégias para continuidade das ações e minimizou as resistências docentes com relação a disciplina extensionista. Consideramos que a universidade deve ampliar os debates sobre esses movimentos instituintes nas práticas de ensino para que essas ações inovadoras não se constituam em momentos estanques, mas que sejam pensadas como fundamentais durante toda formação discente.

**Palavras-chave:** Extensão Comunitária; Docentes, Discentes, Análise Institucional.

## Abstract

This experience report aims to describe teaching and student practices in an extension discipline and analyze their effects on the training process, in light of the concepts of Institutional Analysis. It presents the process of implementing an extension in the Nursing Care in Urgencies and Emergencies discipline of the undergraduate Nursing course, which took place in 2024, at a private university in Rio de Janeiro. The participants were 42 students from the seventh period of the evening course, and two teachers with previous extension practices. The results revealed the difficulties of teachers and students in developing extramural activities, adapting schedules and, above all, breaking with the practices established in the educational process by placing the student and the community as co-participants in extension activities. As potentialities, it was observed that the evaluation process with the participation of teachers, students and the community reduces the weight of hierarchical positions in addition to developing autonomy, reflective critical thinking and self-confidence in the student as a future health professional. The discipline was presented and discussed in the nursing course board and in the Structuring Teaching Center, which favored the search for strategies to continue actions and minimized teaching resistance in relation to the extension discipline. We consider that the university must expand the debates on these instituting movements in teaching practices so that these innovative actions do not constitute stagnant moments but are thought of as fundamental throughout student training.

**Key words:** Community Extension; Teachers, Students, Institutional Analysis.

## Resumen

Este relato de experiencia tiene como objetivo describir las prácticas docentes y estudiantiles en una disciplina de extensión y analizar sus efectos en el proceso de formación, a la luz de los conceptos de Análisis Institucional. Presenta el proceso de implementación de una extensión en la disciplina Atención de Enfermería en Urgencias y Emergencias de la carrera de graduación en Enfermería, que tuvo lugar en 2024, en una universidad privada de Río de Janeiro. Los participantes fueron 42 estudiantes del séptimo periodo del curso nocturno, y dos docentes con prácticas previas de extensión. Los resultados revelaron las dificultades de docentes y estudiantes para desarrollar actividades extramuros, adaptar horarios y, sobre todo, romper con las prácticas establecidas en el proceso educativo al colocar al estudiante y a la comunidad como coparticipantes de las actividades de extensión. Como potencialidades, se observó que el proceso de evaluación con la participación de docentes, estudiantes y comunidad reduce el peso de las posiciones jerárquicas además de desarrollar la autonomía, el pensamiento crítico reflexivo y la confianza en sí mismo del estudiante como futuro profesional de la salud. La disciplina fue presentada y discutida en la junta del curso de enfermería y en el Centro Estructurante de Enseñanza, lo que favoreció la búsqueda de estrategias para continuar las acciones y minimizó las resistencias docentes con relación a la disciplina de extensión. Consideramos que la universidad debe ampliar los debates sobre estos movimientos instituyentes en las prácticas docentes para que estas acciones innovadoras no constituyan momentos estancados, sino que sean pensadas como fundamentales a lo largo de la formación de los estudiantes.

**Palabras clave:** Extensión Comunitaria; Docentes, Estudiantes, Análisis Institucional.

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de mestrado profissional em Ensino na Saúde na Universidade Federal Fluminense (UFF); Enfermeira e coordenadora do curso de Enfermagem na Universidade Estácio de Sá (UNESA) RJ, Brasil, E-mail: danielavogel@id.uff.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6518-7740>. <sup>2</sup>Mestra em Ensino na Saúde pela UFF; Enfermeira na Atenção Primária à Saúde na cidade de Petrópolis; Professora auxiliar 1 da UNESA em Petrópolis, RJ, Brasil, E-mail: tatijardim83@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9923-7045>. <sup>3</sup>Pós-doutorado em Ciências da Educação na Université Cergy-Pontoise/Unicamp; Professora Titular na UFF; Professora do Programa de Mestrado Profissional em Ensino na Saúde (UFF), RJ, Brasil, E-mail: luciamourao@id.uff.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7058-4908>. <sup>4</sup>Doutora em Enfermagem pela UFF; Professora Colaboradora Voluntária no Programa de Mestrado Profissional no Ensino e na Saúde (UFF), RJ, Brasil, E-mail: ana.vieiradealmeida@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9342-6179>. <sup>5</sup>Doutora e Mestre em Ciências da Saúde pelo Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP – USP). Professora e Pesquisadora Adjunta da UFF, Colaboradora do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde UFF, RJ, Brasil, E-mail: janainaluiza@id.uff.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8664-9569>.

E-mail de correspondência: danielavogel@id.uff.br

Recebido em: 01/04/25 Aceito em: 10/06/25

## Introdução

A extensão universitária é um movimento de comunicação e relacionamento entre a universidade e a sociedade. Essa interação deve ser vista como uma ação bidirecional, onde os atores envolvidos partilham dos saberes, o que contribui para o crescimento acadêmico e a melhoria social. Trata-se de uma oportunidade pedagógica para favorecer a articulação entre a teoria e a prática e o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, propondo uma visão mais integrada da sociedade <sup>1</sup>.

As principais regulamentações das ações de extensão nas universidades brasileiras foram: a Lei nº 5.540 de 1968 – que determinou que todas as Instituições de Ensino Superior (IES) e universidades promovessem cursos e serviços estendidos à comunidade – e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que ampliou essa ideia ao incentivar a participação aberta da população e estimular o aluno a conhecer e a prestar de serviços relacionados a problemas sociais, de saúde e educacionais <sup>1, 2</sup>.

A Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 definiu as diretrizes, fundamentos e procedimentos da Extensão na Educação Superior Brasileira em todas as Instituições de Ensino Superior do país. Destacava que as atividades de extensão deviam compor, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação e envolver diretamente as comunidades externas em diferentes modalidades: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos e prestação de serviços. Essas ações deviam estar incluídas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Políticos Institucionais (PPI) e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das instituições educacionais <sup>3</sup>.

As ações extensionistas vêm possibilitando a interação do estudante com a comunidade, desenvolvendo um olhar mais humanizado e crítico aos problemas socioculturais, possibilitando a elaboração de pesquisas e de práticas interdisciplinares. Nesse sentido – ao incorporar a extensão na matriz curricular – as IES deverão passar por um processo de curricularização, atribuindo-lhe carga horária, créditos, além de propostas formativo-pedagógicas próprias de uma disciplina. Ao ressignificar a extensão e suas atividades no âmbito universitário, busca-se a valorização de suas ações formativas que eram muitas vezes creditadas apenas no âmbito das atividades complementares <sup>4, 5</sup>.

Contudo, a implementação da curricularização da extensão nas IES tem encontrado alguns tensionamentos e desafios no que se refere ao planejamento e à organização da grade curricular, bem como às mudanças nas disciplinas eleitas para desenvolver a extensão em seus conteúdos disciplinares: 1) fragilidade de compreensão do conceito de disciplinas extensionistas e suas práticas pelos docentes e, 2) o pouco entendimento

das IES sobre a referida Resolução, que traz as diretrizes gerais para a implantação da curricularização da extensão, mas não aponta de que forma as atividades de extensão serão integradas às matrizes curriculares dos cursos <sup>3, 4, 5</sup>.

Diante desses desafios, escolhemos o referencial teórico metodológico da Análise Institucional para fundamentar as discussões deste relato, considerando o conceito de instituição, em seus momentos: instituído, instituinte e de institucionalização <sup>6, 7</sup>.

Nas instituições, podem ser observadas em alguns momentos históricos, movimentos que operam profundas transformações, que contestam o seu instituído. Podemos dizer que as antigas “formas”, como o modelo antigo de ensinar – no qual todas as atividades eram realizadas dentro das universidades, priorizando o ensino verticalizado (o instituído) – foram desafiadas pela proposição de novas práticas trazidas pela curricularização da extensão (o instituinte) configurando-se como um “processo” que traz mudanças no ensino e no aprendizado (a institucionalização). Nesse pensar, é necessário entender o instituído como sujeitos abertos a uma política instituinte, apesar de apresentar uma tendência para o conformismo, para a resistência a mudanças. Caso contrário, elas não se realizariam <sup>8, 7</sup>.

Nas instituições, não existe, face a face, dois guerreiros, o Instituído e o Instituinte, parados, prontos a atacar. Daí, ser importante entendê-las como um processo em permanente transformação, em busca de maior realização e criatividade, onde a relação complementar e contraditória entre o instituinte e o instituído, se mantém, permanentemente, permeável, fluída e elástica, em institucionalização permanente.

Nas instituições não se observa um confronto estático e direto entre dois “guerreiros” prontos para atacar: o instituído e o instituinte. Pelo contrário. É fundamental compreendê-las como processos dinâmicos e em constante transformação, que buscam maior realização e criatividade. Nesse contexto, a relação complementar e contraditória entre o instituinte e o instituído permanece caracterizada por sua permeabilidade, fluidez e elasticidade, refletindo um estado de institucionalização contínua e adaptativa <sup>9, 7, 6</sup>.

Dessa forma, a compreensão das instituições como processos dinâmicos e em constante transformação é essencial para contextualizar a abordagem metodológica deste estudo. Considerando a natureza fluída e permeável das relações entre o instituinte e o instituído, a investigação adotou estratégias que capturam tanto as estruturas estabelecidas quanto as práticas emergentes. No próximo tópico, “Materiais e Método”, são apresentados os procedimentos, técnicas e instrumentos utilizados para analisar essas dinâmicas institucionais e sustentar as reflexões propostas.

## Materiais e Método

O estudo utiliza o método qualitativo de Relato de Experiência (RE), apoiado pelo referencial teórico-metodológico da Análise Institucional.

[...] O RE em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico científico explicativo, por meio da aplicação crítico-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante) <sup>10</sup>.

O referencial teórico metodológico da Análise Institucional (AI) – desenvolvido por René Lourau e Georges Lapassade – tem por objetivo compreender uma determinada realidade social e organizacional, a partir dos discursos e práticas dos sujeitos <sup>6</sup>.

De acordo com a AI, a instituição não designa coisas passíveis de serem vistas – sólidas e concretas como um estabelecimento – mas constituem-se em uma “... dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história ou tempo” <sup>7</sup>. Segundo a forma e o grau de formalização que adotam as instituições podem ser leis, normas e – quando não estão enunciadas de maneira manifesta – podem ser pautas, regularidades de comportamentos que buscam regular a produção e a reprodução da vida humana e a relação entre os homens de acordo com diferentes contextos históricos <sup>7,9</sup>.

Portanto, neste RE as práticas de ensino desenvolvidas por docentes e discentes é uma instituição, por ter “uma historicidade, por possibilitar a objetivação da realidade e ser socialmente identificável” <sup>11</sup>.

Considerando tais pressupostos, este RE, apresenta o processo de implementação de extensão na disciplina “Assistência de Enfermagem em Urgências e Emergências” do curso de graduação de Enfermagem. O seu desenvolvimento ocorreu no primeiro semestre de 2024, no turno da noite e teve como cenário uma IES da rede privada, localizada em um município serrano do Rio de Janeiro. Os participantes foram 42 discentes que estavam cursando o sétimo período da graduação em enfermagem. Dentre eles, dois docentes já tinham desenvolvido atividades extensionistas no referido curso.

Algumas etapas foram essenciais para o caminhar dessa disciplina:

Na primeira etapa, realizamos um encontro com o grupo de alunos, compartilhamos o cronograma e explicamos como seria o desenvolvimento da disciplina. Ainda nesse encontro, começamos a trabalhar com a divisão da turma, auxiliando na formação de grupos com até 6 componentes. Com os grupos já formados, apresentamos as temáticas que faziam parte da ementa da disciplina para que desenvolvessem a atividade. Além disso, fizemos uma roda de conversa para esclarecer aos discentes, a proposta das atividades da disciplina extensionista, seus desafios, suas vantagens

e principalmente, sua característica específica que é o desenvolvimento da escuta ativa da demanda da sociedade. Durante a roda de conversa, sugerimos alguns locais de atuação. Três cenários distintos foram escolhidos pelos alunos: Centro Municipal de Saúde (CMS), um Posto de Saúde da Família e uma escola Estadual localizada no território da IES, contemplando o terceiro turno (noturno). Dos 3 cenários escolhidos para desenvolver as atividades, apenas a escola estadual próxima a IES se mostrou de mais fácil acesso: foi o único cenário que funciona no mesmo turno em que a disciplina é oferecida. Para os demais cenários, os discentes tiveram que se organizar – de acordo com suas necessidades e folgas de trabalho – para conseguir atender às demandas, o que nos leva a pensar nos novos desafios dessa modalidade educativa. Por fim, ainda neste encontro foi entregue a cada aluno um modelo de relatório no qual os alunos deveriam descrever o público escolhido para o desenvolvimento da ação, o referencial teórico sobre a temática abordada e as atividades práticas desenvolvidas, com registro de fotos ou outras evidências da ação.

A segunda etapa constitui-se da visita dos discentes ao cenário escolhido. Um representante de cada grupo foi até o local e entregou para o gestor da unidade uma carta de apresentação da disciplina extensionista, solicitando a autorização para a realização das atividades. Vale salientar que a disciplina extensionista é organizada com diferentes temáticas de maneira a possibilitar que cada cenário possa escolher aquela que mais atenda a necessidade de cada local. Essa atividade pouco comum aos alunos, contou com a ajuda do professor que atuou como facilitador, incentivando os discentes a terem mais autonomia. Mesmo assim, o fato de terem que falar diretamente com os gestores representou uma ação nova. Por isso, provocou sentimento de insegurança e medo. Também trouxe motivação frente a esses novos desafios provocados pela disciplina extensionista

A partir do aceite pelos referidos gestores, na terceira etapa os acadêmicos se organizaram para retornar ao local escolhido, inicialmente apenas dialogando e desenvolvendo a escuta ativa. Essa etapa permitiu que os estudantes se aproximassem dos gestores locais, conhecessem as necessidades de saúde da população-alvo e o contexto em que iriam desenvolver a parte teórica e prática, sempre apoiados pelos docentes. A fim de preparar os estudantes para as atividades – por meio do conhecimento da temática abordada pela disciplina – foram disponibilizados pelos docentes diferentes materiais bibliográficos: manuais, livros e artigos acadêmicos estimulando. Com relação às estratégias pedagógicas, cada grupo escolheu uma modalidade para desenvolver a proposta, em consonância com cada tema previamente escolhido. Uns optaram por roda de conversa, outros por palestras, oficinas práticas, elaboração e apresentação de folder,

gamificação.

A quarta etapa constitui-se da avaliação final. Esta avaliação foi realizada de maneira peculiar, em três momentos: avaliação em grupo, avaliação individual e avaliação da disciplina em todo o seu contexto. Para o processo avaliativo, foram reservadas as duas últimas semanas do semestre, pois todos deveriam estar presentes.

Tivemos uma etapa transversal ao longo do semestre para encontros semanais – fora do horário das aulas – nos quais eram abordados assuntos como: a condução das atividades em grupo em suas dificuldades e avanços, o desenvolvimento das temáticas nos cenários, os prazos da entrega dos relatórios e principalmente a apresentação das atividades descritas nos relatórios. Sempre com as datas ajustadas pelos discentes, docentes da disciplina e a gestão do local escolhido para desenvolver as atividades.

Destaca-se que em cumprimento a Resolução 466/12 e 674/22 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, este relato por trazer informações de pessoas e estabelecimentos teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob CAAE 79775724.9.0000.8160, número do parecer: 7.040.207 e do CEP da Universidade de que trata o relato sob CAAE 79775724.9.3001.5284, número do parecer: 7.274.000.

## Resultados e discussão

### Os desafios enfrentados por docentes e discentes na disciplina extensionista e nuances da implementação de novas práticas educacionais

Antes de iniciarmos as reflexões sobre as repercussões do processo de curricularização, é importante termos em mente que não estamos lidando com um recorte fotográfico estático, parado, mas com os movimentos produzidos pelos momentos instituídos, instituinte e de institucionalização na instituição práticas de ensino, presentes durante todo o processo de desenvolvimento desta disciplina<sup>7,6</sup>.

Com esse entendimento, trazemos inicialmente para reflexões alguns desafios que se fizeram presentes naquele contexto:

Um dos principais desafios relaciona-se ao planejamento e operacionalização das ações teóricas e práticas pelos docentes e discentes na referida disciplina. Por parte dos docentes havia uma busca por novas metodologias, com vistas à introduzir a realização de ações pedagógicas extramuros; também havia o intuito de operacionalizar o cronograma de conteúdos propostos para a disciplina e mobilizar os alunos para o desenvolvimento de novas práticas como: trabalho em equipe, tomada de decisão e comunicação dialógica com a comunidade.

Cabe salientar que antes da disciplina se tornar extensionista, já existia um cronograma com todas as atividades programadas. Para a adequação da disciplina como extensionista, os docentes tiveram que repensar o cronograma a fim de poder realizar reuniões semanais com os alunos para agregar novos conhecimentos, como por exemplo, a metodologia da pesquisa para a elaboração dos relatórios, o desenvolvimento das práticas pedagógicas a partir de metodologias mais participativas e temas relativos ao processo avaliativo, no qual os alunos tinham um papel de coparticipantes. Isso demandou em um aumento de carga horária docente, o que não estava previsto em seus contratos de trabalho.

Por parte dos alunos, podemos dizer que um dos principais desafios foi romper com as barreiras das práticas de aprendizado instituídas: eles se comportavam na maioria das vezes como receptores do conhecimento, com baixa autonomia para desenvolver suas potencialidades no processo educativo. Uma grande dificuldade para os discentes foi a de desenvolverem as habilidades de planejamento, organização, tomada de decisões e comunicação. Esses aspectos foram motivo de debates nas reuniões, quando os discentes relataram as dificuldades que encontraram para escolher os cenários para o desenvolvimento das atividades de extensão. Essas dificuldades foram enfrentadas, sobretudo quando tiveram de dialogar com os dirigentes locais para solicitar o campo para as atividades de extensão e organizar em equipe as atividades propostas.

Resultados semelhantes foram encontrados por outros pesquisadores, mediante os quais se reafirma uma trajetória de formação acadêmica na maioria da IES com pouca flexibilidade curricular e com docentes bastante apegados as normas estabelecidas para o desenvolvimento de suas disciplinas. De maneira geral, essa falta de flexibilização não incentiva os docentes a desenvolverem propostas de pesquisa e extensão integradas ao ensino. Principalmente, não mobiliza os alunos para que tenham um agir menos passivo com relação ao seu aprendizado durante o processo de formação<sup>12, 13, 14</sup>.

No que se refere à dimensão pedagógica, cumpre destacar que – ao defender uma metodologia dialógica, problematizadora e não hierarquizada entre docente, discentes e comunidade – a curricularização da extensão pretende que juntos, construam-se práticas transformadoras, utilizando uma nova maneira de compartilhar o conhecimento. Esse agir entende que todo tipo de ação pedagógica é importante. Seja ela acadêmica, profissional ou comunitária<sup>15, 1, 16</sup>. Essa nova maneira de entender as práticas educativas pode explicar os receios dos docentes – e até resistências – em repensar neste novo contexto das práticas de ensino o seu papel de educador.

Outro desafio que se fez presente para docentes

e discentes relaciona-se à adequação de seus horários para operacionalizarem a disciplina extensionista. Como o curso de graduação de enfermagem é noturno, grande parte dos docentes e discentes tinham outras atividades laborais durante o dia. Contudo, para realização de algumas atividades de extensão muitas atividades teóricas e práticas foram realizadas fora do horário tradicional das aulas, o que se constituiu em um complicador. Alguns discentes tiveram que negociar com colegas e chefias dos serviços de saúde onde atuam, para estarem presentes nas atividades de extensão. Outros revelaram que se sentiram prejudicados pelo fato de não conseguirem desenvolver uma das etapas mais importantes da atividade, que é a escuta e a observação das necessidades enfrentadas pela comunidade local. Os docentes também tiveram que fazer ajustes em suas agendas para estarem presentes nos encontros semanais realizados fora do horário estabelecido para suas atividades acadêmicas.

A respeito dessas questões, alguns autores apontam existir maior dificuldade para o desenvolvimento das atividades extensionistas, quando o curso acontece no período noturno e o perfil do aluno é constituído por trabalhadores, dada a limitação – e/ou o tempo escasso – para o desenvolvimento de atividades fora do horário de aula. Recomendam que nesses casos sejam utilizadas diferentes ferramentas para o desenvolvimento das ações teóricas, como: reuniões, apresentação de trabalhos, acompanhamento e correção de relatórios por via remota, em horários mais compatíveis as necessidades docentes e discentes, para que as atividades junto à comunidade não sejam prejudicadas. Reforçam a importância da realização de reuniões para debates com a comunidade acadêmica sobre a curricularização da extensão para que possam discutir as novas propostas e sua operacionalização na IES, seja nos aspectos pedagógicos e de formação ou nos aspectos administrativos relacionados aos contratos de trabalho dos docentes<sup>14, 12, 19</sup>.

Ainda que sejam muitos os desafios sentidos por docentes e discentes, neste RE consideramos importante destacar algumas situações em que se pode vislumbrar nuances de práticas instituintes. Elas se mostraram importantes para dar visibilidade às potencialidades da curricularização da extensão e sua institucionalização.

Uma delas refere-se ao processo avaliativo. No final da disciplina, docentes e discentes puderam participar diretamente da montagem dos processos avaliativos e entenderam as peculiaridades de cada passo. Pode-se dizer que o ponto alto desse tipo de avaliação foi a possibilidade de os alunos incorporarem em suas práticas a elaboração e utilização de instrumentos de controle e avaliação nas diferentes etapas de trabalho. A afirmação da participação dos discentes para avaliar a disciplina, se autoavaliar e avaliar a equipe foi fundamental para que as relações entre todos os envolvidos ficassem mais

horizontalizadas – sem o peso excessivo das posições hierárquicas – motivou os discentes a desenvolverem sua autonomia, o pensamento crítico-reflexivo e sua autoconfiança como futuro profissional de saúde.

Na literatura, as experiências de integração de docentes, discentes e comunidade no processo de avaliação têm se mostrado bastante exitosas. A participação dos discentes no processo de avaliação rompe com a lógica do ensino bancário e autoritário, além de instigar os estudantes a vivenciar a complexidade do processo avaliativo<sup>12, 14, 17</sup>.

Pudemos constatar que por conta dessa metodologia de avaliação integrada, foi possível que se ampliassem os debates e as reflexões que levaram a propostas de sugestões de melhoria do processo educativo na disciplina extensionista. Depois de serem agrupadas pelos docentes, elas foram encaminhadas à coordenação do curso, para serem discutidas no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e no Colegiado do Curso de Enfermagem.

No Colegiado os docentes puderam colocar suas dúvidas e receios quanto aos aspectos didático-pedagógicos e organizacionais nas disciplinas extensionistas. Também abordaram suas resistências, possibilitando que se abrisse espaço para que se ampliasse o conhecimento sobre a curricularização da extensão e abrindo possibilidades para a institucionalização da curricularização da extensão naquela IES. Foi colocado em discussão também o modo como às novas práticas vão impactar os seus contratos de trabalho. Quanto a isso, os autores consultados destacam que as IES devem organizar maneiras de valorizar o trabalho docente. Elas deverão efetuar mudanças nas abordagens pedagógicas tradicionais, incorporando novas maneira de entender o processo educativo, nas quais o ensinar e o aprender não se limitam aos muros da universidade, o que traz a necessidade de arranjos organizacionais em cada Instituição de Ensino Superior<sup>12, 15</sup>.

Cumpramos destacar que muitas considerações foram acatadas pelos membros do colegiado. Um exemplo é o que se refere a manter a dialogicidade com os cenários assistidos e dar continuidade às ações realizadas. A proposta seria de um ajuste das temáticas, agregando conhecimentos de outras disciplinas extensionistas e que estejam de acordo com a demanda comunitária. Dessa maneira seria garantida a continuidade das ações extensionista, favorecendo tanto a comunidade quanto os aspectos formativos dos discentes.

Vivenciar esta disciplina extensionista possibilitou que docentes e discentes refletissem criticamente sobre suas práticas, constituindo-se em “um exercício obrigatório para aperfeiçoar o diálogo, aprendendo elementos importantes para a construção, reconstrução e avaliação” das práticas de ensino<sup>12, 18</sup>.

O presente RE possibilitou também que nuances de práticas instituintes na formação fossem percebidas

ao final da disciplina, quando os discentes referiram sua grande satisfação por terem sido capazes de atender às expectativas do público escolhido, atuando com mais autonomia, capacidade de comunicação, de planejamento, organização dos trabalhos e de tomada de decisões. Essas competências – que são esperadas de todos os profissionais de saúde, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – ficaram bastante evidenciadas na disciplina extensionista deste relato<sup>20, 21</sup>.

Do ponto de vista teórico e metodológico, a extensão universitária proporcionou um olhar mais aprimorado, robusto e organizado para o processo de ensinar e aprender. Também impulsionou uma relação de confiança e de troca dos estudantes com a aquisição de conhecimentos, para oferecer atenção adequada às necessidades de saúde das populações assistidas. O contato direto com as diferentes situações reais da comunidade – e seus desafios sociais e econômicos – fortaleceu o vínculo afetivo dos discentes com a comunidade, possibilitando o desenvolvimento de um trabalho cooperativo e de construção de conhecimento compartilhado<sup>12, 13, 22</sup>.

Com a vivência nesta disciplina extensionista, foi possível entender que a instituição prática de ensino se constitui em um campo de força em constante movimento, que nasce e se desenvolve num determinado momento histórico-político. Revelou sobretudo, que a instituição prática de ensino vem provocando movimentos instituintes naquele cenário, buscando possibilidades para que as mudanças trazidas nesta disciplina extensionista sejam incorporadas nas práticas educativas de docentes e discentes em um processo de institucionalização permanente<sup>23, 19</sup>.

## Considerações Finais

Este relato de experiência – que reflete sobre uma proposta implementada em uma disciplina extensionista – visa contribuir para que a IES aprofunde o debate, se organize e se capacite para que sejam efetivados os objetivos da curricularização da extensão. Constatamos que o esforço realizado – buscando novos caminhos para flexibilizar práticas educativas instituídas por docentes e discentes – revelou possibilidades que poderão ser colocadas em prática em outras disciplinas e em outros cursos de formação em saúde.

Ficou evidente neste relato que pensar em novas maneiras de elaborar o processo educativo (que integrem ensino, pesquisa e extensão no cotidiano da formação) produz movimentos na instituição práticas de ensino, pela força de contestação desse momento instituinte. Esse é um processo que ainda caminha com dificuldades nos cursos de graduação. Acreditamos, contudo, que com o desenvolvimento desta disciplina extensionista foi

possível romper com práticas instituídas – que pensam a extensão na perspectiva facultativa, assistencialista, prescritiva, eventual e inorgânica – sinalizando novos desafios aos discentes e aos docentes, em especial no que se refere a metodologias de trabalho educativo.

Finalmente em relação à formação, a disciplina extensionista possibilitou diferentes tipos de qualificações aos docentes, aos discentes e a comunidade. A construção coletiva dos novos conhecimentos ampliou a maneira como se percebem como educadores e educandos proporcionando a todos um desenvolvimento pessoal e profissional.

Recomendamos que as IES ampliem os debates e reflexões sobre esses movimentos nas práticas de ensino trazidos pela curricularização da extensão, para que essas ações inovadoras não se constituam em momentos estanques, mas que sejam pensadas como fundamentais durante toda formação discente.

## Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses de nenhuma natureza.

## Referências

1. Forproex - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão Universitária: organização e sistematização. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
2. Brasil, Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996, Brasília, DF. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 11 de dezembro de 2023.
3. Brasil, Ministério da Educação (MEC) Conselho Nacional de Ensino Superior (CNE) E Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/201 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2012 a 2024 e dá outras providências.
4. Rocha D, Coelho ML. Currículos e curricularização da formação docente contemporânea nos mestrados em educação da UFPA, UEPA, UFT na/da Amazônia brasileira. *Revista Exitus*, 2021;11: e020144-e020144, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1552>.
5. Bezerra ANS; Souza FML; Colares AAA. Curricularização da extensão na formação docente: aproximações e contradições para uma práxis emancipadora. *Rev. Olhar de professor*. Ponta Grossa, 2022;25:1-22: e-20879.072. <https://doi.org/10.5212/OlharProf.v.25.20879.072> Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>.
6. L'abbate S. Introdução: Análise Institucional e Saúde Coletiva: uma articulação em processo. In: L'abbate S. Mourão LC. Pezzato LM. Análise Institucional e Saúde Coletiva no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013. p.31-62.
7. Lourau R. René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993. Disponível em: <https://www.publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41317>.

8. Rossi A, Passos E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, jun. 2014;5(1):156-181. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso)>.
9. Barembliitt, GF *Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes: Teoria e Prática*. 6ª ed. Belo Horizonte: FGB/IFG, 2012.
10. Mussi RFF, Flores FF, Almeida CB. Pressupostos para a Elaboração de Relato de Experiência como Conhecimento Científico. *Revista Práxis Educacional*. out./dez. | 2021;17(48):60-77.
11. Berger P, Berger B. O que é uma Instituição Social? FORACHI, M. M., MARTINS, J. In: *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1978:192-199.
12. Imperatore SLB. *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão- pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais* - Rio de Janeiro: Gramma, 2019.
13. Cruz PJSC, Vasconcelos E.M. Desvelando processos formativos das práticas extensionistas em Educação Popular na saúde. *Interagir: pensando a extensão*, 2020; [S. 1.](27). Disponível em: <https://doi.org/10.12957/interag.2019.43065>
14. Lucas AC. et al. Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da faculdade de ciências aplicadas Unicamp. *FGV EAESP| CGPC* 2023; 28: e88038. Disponível em <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/88038/>
15. Freire P. *Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa*. 25ª edição -São Paulo - Paz e Terra, 2006.
16. Rodrigues RPP, Cruz GB. (Dis)posições para a formação docente em um curso de pedagogia: contribuições da extensão universitária. *Educ. Pesquisa*, São Paulo, 2023;49:e251676. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349251676>
17. Vasconcelos EM, Prado EV, Cruz PJSC. Primeiros delineamentos de uma pedagogia popular para a formação profissional em saúde. In: Prado EVP, et.al. (org. *Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de pesquisa e extensão*. VEPOP-SUS. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 500:275-332.
18. Cruz PJSC. Ir além do aprendizado nas práticas locais de extensão: o significado pedagógico da participação no movimento nacional de extensão. In: PRADO, E.V.P. et.al. (org. *Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de pesquisa e extensão* VEPOP-SUS. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 500:275-333.
19. Vasconcelos EM, Prado EV, Cruz PJSC. Primeiros delineamentos de uma pedagogia popular para a formação profissional em saúde. In: Prado EVP, et.al. (org. *Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de pesquisa e extensão*. VEPOP-SUS. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 500 : 275-332.
20. BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 569 de 08 de dezembro de 2017. DCNs de todas as áreas de saúde. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [saude.gov.br > resoluções > 2017](http://saude.gov.br/resolucoes).
21. Brasil, Ministério da Educação (MEC) Conselho Nacional de Ensino Superior (CNE) E Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/201 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2012 a 2024 e dá outras providências.
22. Fleuri RM. *Conversidade: diálogo entre universidade e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. 145 p. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196054/lp2019\\_Conversidade-Ed%20CCTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196054/lp2019_Conversidade-Ed%20CCTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
23. Mourão LC, Martins RCB, Vieira CM, Rossin E, L'abatte S. Análise Institucional e Educação: Reforma Curricular nas Universidades Pública e Privada. *Educação e Sociedade*, Campinas, abr. 2007; 28(98):181-210. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000100010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000100010&script=sci_abstract&tlng=pt)>.